

SENHOR PRIMEIRO MINISTRO,

EXCELENCIA,

1. A presente fase da Revolução Portuguesa pode ser globalmente caracterizada por uma crise económica grave, pela agudização da luta de classes, por uma crise do poder político e, enfim, por uma incapacidade de definir qual actualmente a base social do regime e de pôr em prática uma política coerente e compatível com ela.

A todos os níveis se repercute uma crise geral do sistema, fundamentalmente resultante de a burguesia se mostrar já incapaz de governar e de o proletariado não ser ainda capaz de o fazer. A presente crise política reflecte esta problemática e, por isso, não se resolve apenas com substituições de pessoas no aparelho governamental, antes exige que se repense fundadamente o caminho a seguir. Esta reflexão é tanto mais oportuna quanto é certo que se avizinha a fase aguda da crise económica, em termos tais que encurta dramaticamente o tempo necessário à tomada de posição sobre as questões de fundo.

2. O processo revolucionário português, ao adoptar um projecto estrutural de poder assente sobre formas organizativas de participação das massas populares, deu um passo importante para a definição de um verdadeiro "poder dos trabalhadores". Historicamente, tem sido este um ponto de confrontação entre as diversas linhas do movimento socialista mundial, pois ele envolve de facto, por um lado, a aceitação ou rejeição das formas clássicas de enquadramento a



que tanto tem recorrido a dominação burguesa em moldes ditos democráticos e, por outro lado, a escolha da via para a construção do socialismo. Chegámos, pois, neste momento, em Portugal, ao cerne da opção essencial na transformação da sociedade burguesa: estarão com o processo revolucionário os que aceitarem o princípio do cabimento das formas organizativas do poder popular nas suas diversas variantes, mas não o estarão os que liminarmente o recusem, proclamando o princípio da exclusividade das formas clássicas, isto é, de uma organização do Estado assente no sufrágio universal e nas assembleias parlamentares (fórmula esta que historicamente provou já a sua incapacidade para comportar qualquer significativa alteração da estrutura de classe e de poder nas sociedades). Neste sentido, a dinâmica mais recente do processo político apenas veio confirmar a inviabilidade para Portugal das soluções social-democráticas, as quais, se artificialmente forçadas entre nós, apenas conduziriam a soluções autoritárias de direita a mais ou menos curto prazo.

A Revolução Portuguesa dispõe assim, finalmente, de um critério relativamente claro e preciso de aferição dos seus apoios políticos - o que torna igualmente possível não privilegiar correntes minoritárias mas dotadas de grande coesão interna e maleabilidade tática, que a médio prazo conduziriam à redução da base de apoio do MFA e do regime a um ponto de absoluta insustentabilidade, ou seja, a uma outra forma de liquidar a Revolução.

3. A revolução Portuguesa tem sem dúvida constituído uma via original, na medida em que não resultou da tomada do poder por uma força política, dominante ideológica e organizativamente, mas sim de um golpe militar que imediatamente se ligou ao apoio das massas e que se vem politizando aceleradamente de então para cá. Mas esta politização tenderá, com o agravar da crise, para soluções similares^{às} propostas por qualquer dos partidos por ora coexistentes, se não se definir urgentemente num projecto próprio, claramente independente dos esquemas defendidos pelas forças partidárias em presença.

O MFA tem declarado (e bem) assumir um projecto apartidário, original e distinto das fórmulas dos partidos existentes. Isso tem sido a sua força, muito embora possa também ter suscitado esperanças a cada um dos aparelhos em confronto na possibilidade de virem a instrumentalizar o Movimento em seu exclusivo benefício.

Sendo certo que qualquer dos projectos políticos partidários existentes não corresponde ao correcto percurso do processo de transformação socialista da sociedade portuguesa (quer se trate da social-democracia, confessa ou rebaptizada, quer se trate de um capitalismo de Estado burocrático e dirigista), é condição essencial da autenticidade do processo e da sua aceitação pelo povo português a reafirmação e a prática do carácter apartidário do MFA na direcção do nosso processo revolucionário.



Mas o partidarismo não resulta espontâneamente duma profissão de fé ou duma intenção proclamada. Terã de traduzir-se em actos que transmitam sem ambiguidades essa imagem apartidãria - e tais actos terão de ser, não apenas acenos subtis para os "iniciados da política", mas claras tomadas de posição perante as massas populares. Isto significa também - ainda que não só - que desde a composição do governo até à direcção política do movimento, ninguém deverá ter dúvidas de que não se visa privilegiar clara ou encapotadamente qualquer partido, sob pena de, como sucede já por vezes no pormenor de casos concretos, se especular mais sobre o significado político de certos actos do que atentar na sua correcção ou justeza.

4. Uma revolução, como processo de transformação de uma realidade social que é, por sua natureza, resistente e espessa, não pode ser um acto espontâneo ou de mero consenso. Toda a revolução carece de um centro de poder, ao qual, em última análise, se confia a responsabilidade pela coordenação e síntese das diversas frentes de luta. A descentralização das decisões impõe uma clarificação das regras do processo social - e mesmo assim tem de haver sempre uma responsabilidade política última. As forças contra-revolucionárias ganham alento na medida em que o poder político perde eficácia na decisão ou se mostra hesitante no caminho a percorrer, incapaz de garantir aquela e de impôr este. A multiplicidade dos centros de poder e as contradições entre as tomadas de posição dos órgãos centrais conduzem necessariamente ao avo-

lumar de um impasse em que tudo é incerto, vulnerável, transitório, contestável e, por conseguinte, inaplicável, abrindo caminho tanto às esperanças reaccionárias como ao golpismo burocrático.

Concretamente, isto significa que, uma vez definidas as linhas gerais de orientação, deve haver uma instância governativa, apartidária, condição indispensável à progressiva implantação e afirmação dos órgãos do poder popular.

5. Obviamente que tal conduzirá a um envolvimento maior do MFA na condução prática do processo e a sua correspondente responsabilização pela situação político-social do país. Mas o certo é que o MFA é já hoje, queira-o ou não, o responsável pela condução política do processo revolucionário. Esta sua posição tem-se vindo a afirmar por fases sucessivas: tendo começado com a mera restituição das liberdades ao povo português, passou a garante do processo e árbitro supra-partidário após o 28 de Setembro, para se apresentar agora como movimento de libertação, assumindo a responsabilidade do processo político de transformação da sociedade portuguesa. A partir daí, não faz mais sentido a distância que o MFA interpunha entre si próprio, como garante da unidade nacional, e a condução real do processo, levada a cabo pelo governo e pelos partidos: na prática, o MFA tem vindo a ser o efectivo responsável pela solução de inúmeros problemas políticos concretos (e até de alguns casos menores), ao mesmo tempo que os partidos se vêm desligando progressivamente das responsabilidades da governação, ao ponto de, muitas ve-

zes, se manifestarem não-solidários com ela. Falhadas, assim, as soluções já experimentadas (não ingerência na governação e intervenção mitigada), coerentemente só resta a assumpção clara, pelo MFA, da condução política do processo português, com total exclusão de quaisquer prolongamentos ou sucedâneos da actual coligação. Só assim será possível restituir ao executivo um mínimo de credibilidade e dotá-lo das condições de eficácia necessárias à superação da crise económico-social iminente.

6. A clarificação do processo político português passa igualmente pela superação do populismo. Subjacente a ele está a ilusão de que "todos os portugueses são bons e estão com o MFA", ignorando que numa sociedade classista como a nossa, algumas classes há que, por inevitável situação histórica, terão de contrariar o processo ou tentar fazê-lo. Esta ideologia populista é tanto mais perigosa e inútil quanto é certo que, na prática, a impossível conciliação de classes que pressupõe é denegada a cada momento. E o que é mais: a cada momento também logra impôr-se uma linha sectária de exclusão de extractos sociais perfeitamente compatíveis com o estágio actual da Revolução e que, gratuitamente acusados como contra-revolucionários, vão sendo marginalizados pelas forças que pretendem controlar o processo ou, pelo menos, conduzi-lo a uma crise de tal modo profunda que as soluções autoritárias e burocráticas apareçam então revestidas de "inevitabilidade histórica".

Há pois que substituir o mundo mítico e confusionista do populismo pela definição clara e sem rodeios do bloco social de apoio à fase actual da Revolução - bloco esse que necessariamente conterà o proletariado rural e urbano, largos extractos da pequena burguesia e os quadros técnicos e intelectuais progressistas. Mas definir este bloco não chega para o dotar das indispensáveis coesão e confiança, com vista à sua inserção no processo revolucionário. Se há que proporcionar ao proletariado urbano e rural, base natural mais fecunda de apoio à Revolução, uma intervenção real e não alienada no processo produtivo e no planeamento económico (caso do tão falado, mas inexistente, "controle da produção pelos trabalhadores"), já a pequena burguesia e demais extractos carecem, não tanto da defesa dos privilégios de que vinham dispor, mas essencialmente de segurança: contenção dos preços, garantia de emprego, previdência, apoio à transformação das pequenas empresas, etc.

Só assim tais extractos da pequena burguesia abandonarão a atitude de reserva, quando não de rejeição, em que se encontram e aceitarão as regras da aliança de classes exigida pelo actual momento da Revolução. Por sua natureza timorata e hesitante, a pequena burguesia vende a alma a quem lhe ofereça ordem, segurança e estabilidade formal, mesmo quando a erosão do processo capitalista de concentração económica faz dela a sua principal vítima. Seria trágico que a Revolução Portuguesa voltasse contra si essa força por incapacidade de

lhe garantir condições de adesão a um projecto de que ela é também virtual beneficiária.

7. Aqui se insere uma outra questão essencial: a manifesta falta de autoridade do Estado na presente conjuntura. A razão do facto deverá procurar-se em factores vários, de que avultam a multiplicidade de centros do poder (Assembleia do MFA, Conselho da Revolução, Copcon, Governo, 5a Divisão, estrutura sindical, etc.) todos intervenientes ao nível da decisão política e todos entre si recorriáveis e contraditáveis, os choques partidários resultantes das tentativas de controle do aparelho de Estado, a existência de forças políticas desagregadoras e a confusão ideológica reinante e a que não é imune o MFA.

Estando os dois primeiros aspectos já tratados, referir-se-ão aqui apenas os dois últimos.

O processo político português deve grande parte dos seus avanços e da destruição da estrutura capitalista ao movimento reivindicativo dos trabalhadores a partir dos seus locais de trabalho (reivindicações quantitativas e salariais e reivindicações qualitativas importantes nos domínios do saneamento, da vigilância popular e do controle da produção. Simplesmente, esse processo reivindicativo vem-se orientando, na falta de objectivos qualitativos, para se circunscrever perigosamente cada vez mais à obtenção de melhores salários. Esta vaga reivindicativa, tal como desmantelou os mecanismos da gestão capitalista, pode agora destruir o equilíbrio económico

global na fase de transição para o socialismo. Por essa via contribui-se para o desequilíbrio financeiro externo do país, dificulta-se a resposta do aparelho produtivo a uma procura interna acrescida, facilita-se um processo inflacionista irreparável e agrava-se o desemprego acumulado nos sectores marginais da economia. A prosseguir deste modo incontrolado a política de salários e preços, a desagregação do aparelho produtivo e a agitação social consequente são já para amanhã. Por outro lado, não se pode transferir para os pequenos agricultores, comerciantes e industriais o encargo de suportarem o crescendo salarial, acabando com as suas unidades produtivas, sem que haja possibilidade de resolver os graves problemas daí decorrentes. Enfim, em muitos casos, a reivindicação salarial abriu o caminho táctico para forças políticas que se consideram únicas legítimas representantes do proletariado forçarem a desarticulação dos mecanismos económicos, precipitando assim um estágio que lhes torne o poder mais vulnerável. Esta estratégia com a correlativa apetência para a tomada do poder político demonstrou já, noutras latitudes, que conduz ao isolamento das vanguardas proletárias dos seus aliados no processo, marginalizando-os, voltando-os contra este e abrindo caminho ao putschismo ou à contra-revolução.

Acresce que a confusão ideológica inicialmente referida se faz sentir, pesadamente, quanto à natureza da intervenção dos trabalhadores na actual fase do processo revolucionário. De facto, ao enunciar-se, correctamente, que o poder deve

residir nos trabalhadores tem que se tomar, também, em linha de conta uma questão que o movimento operário, longa e dolorosamente, clarificou já. Nem todos os trabalhadores são revolucionários: há, entre eles, estratos que consubstanciam posições de classe burguesas, quer pela sua posição no processo produtivo, quer pela ideologia que traduz a sua concepção do processo histórico. Por outro lado, o operariado não ultrapassa, por si só, a ideologia burguesa, a qual impregna toda a sociedade de que aquele é, afinal, produto. É, pois, claro que, entregue à sua espontaneidade, o próprio proletariado tende a desenvolver reivindicações puramente quantitativas e economicistas (com o aumento salarial em primeira mão) e pode cometer erros táticos e estratégicos que a história profusamente ilustra.

Significa isto que o proletariado necessita da mediação de uma teoria revolucionária, veiculada por uma vanguarda organizada numa ou mais organizações políticas.

Em Portugal, hoje, o estágio de organização ^{das classes} / progressistas é tal, que a sua vontade se exprime fragmentariamente e ao sabor das conveniências partidárias daqueles que pretendem instrumentalizá-la. Essa a razão fundamental da incapacidade de governar em que o proletariado se encontra ainda entre nós.

Por esse motivo, entre uma burguesia que já não governa e um proletariado que ainda não pode governar terá de inserir-se um Estado decididamente aberto à participação crescente dos trabalhadores através da implantação de formas organizativas de poder popular e capaz de, com coerência, independên-

cia e autoridade, preencher o vazio de classe do poder político nesta fase transitória. É sabido que a extinção do Estado é uma meta própria da sociedade sem classes; antecipar fases históricas conduz apenas a perder o adquirido. Na ausência de um reforço imediato do Estado, teremos a anarquia, o oportunismo instalado a todos os níveis e o suicídio desta Revolução.

8. Não haverá revolução onde não houver um projecto político coerente e viável, ou seja, sem a determinação de um caminho e de um objectivo que suscitem a adesão dos apoios sociais da revolução.

O MFA, nascido de uma reivindicação corporatista e, a breve trecho, transformado no braço armado do anti-fascismo, foi-se ultrapassando na resolução dos problemas concretos, sem, no entanto, ter procedido à suficiente revisão e actualização dos pressupostos políticos em que assentava. A posição de árbitro supra-partidário que, em dado momento, para si mesmo traçou justificava essa indefinição. Mas essa posição, vimo-lo já, deixou de ser viável e o MFA é agora o grande responsável do processo revolucionário. Mas para a condução efectiva deste não bastam meras intenções de apartidarismo, nem um ideário nebuloso onde convergem o anti-fascismo e o populismo. É necessário definir para este país um objectivo a atingir, uma estratégia para lá chegar (o que implica a delimitação da aliança de classes que moverá o processo e da estrutura do poder político) e um programa de governo a curto e médio prazos, que aponte soluções concretas para os problemas con-

cretos que urge resolver. Se assim não fôr, estará O MFA a dirigir ilusoriamente o processo, mas terá bem cedo que se vergar à orientação de outrem. Sem um projecto político mobilizador das massas e compreensível por elas, o poder político perde a sua coerência interna e deixa o campo aberto ao mais estéril das lutas partidárias.

9. Esta transitória subalternização dos partidos políticos não resolve a questão candente da dupla legitimidade dos órgãos do poder. Uma democracia política em sociedade de classes pressupõe a existência dentro destas de diversas opções traduzidas em organizações partidárias. Não há assim qualquer incompatibilidade entre o socialismo e a existência de partidos políticos - pelo contrário, difícil é a adequação do partido único ao socialismo, na medida em que tal o obriga a uma estruturação interna de tal modo maleável que não se possa correr o risco de prejudicar a iniciativa das bases, na pluralidade das suas opções. Também se não vislumbra qualquer incompatibilidade de princípio entre a instauração de uma sociedade socialista e o recurso ao sufrágio: antes pelo contrário, numa sociedade socialista, o âmbito da elegibilidade será necessariamente acrescido. Toda a estrutura do poder popular pressupõe, não só a participação real dos cidadãos na gestão dos interesses colectivos (como o não faz a sociedade capitalista), mas também a delegação de poderes em representantes eleitos a todos os níveis - a caminho do ideal dos mandatos "livremente revogáveis a qualquer hora do dia ou da noite", de que fala Fidel Castro.

Aquilo que uma estrutura de poder popular nega, por definição, é a exclusividade da representação da vontade popular num único org-ão - em especial se se tratar de uma assembleia eleita numa fase consideravelmente ultrapassada do processo, e quando as opções sujeitas ao eleitorado não correspondiam senão às alternativas possíveis desse momento.

Há, evidentemente, condicionantes sociais, económicas, políticas e ideológicas à genuinidade da representação a que o sufrágio conduz. E há razão para recusar às assembleias a pretensão da exclusiva representatividade popular. Mas não há razão para lhes recusar sempre toda e qualquer representatividade.

A síntese urgente entre os diversos órgãos representativos, a sua articulação e a definição dos domínios específicos de actuação ou constitui parte integrante (e relevante) do projecto político a erigir, ou, por entre a confusão dos vários órgãos funcionantes e as várias representatividades invocadas, o sistema arrisca a sua integral paralização.

10. De nada valerá, porém, um projecto político que não seja claramente compreendido pelos vários sectores sociais que hão-de constituir a sua base de apoio. Em qualquer processo de transformação social, tudo se arrisca na batalha ideológica. Para além do desmantelamento da estrutura social que permitiu a dominação da burguesia, é necessário destruir-lhe a ideologia, que impregnou toda a sociedade e não se deteve nas fronteiras sociológicas da classe burguesa, tendo bem presente que nenhuma sociedade conhece, ou conheceu, o vazio ideológico. Se uma estrutura mental revolucionária não criar raízes entre nós,

é fora de dúvidas que a ideologia burguesa aí está, até espontâneamente, a reinstalar-se onde nada lhe faz frente.

A eclosão da crise nacional ao nível das instituições políticas tornou inadiáveis estas reflexões que, resultando embora de uma elaboração colectiva, pretendem esclarecer posições de quem participa no Governo mas não conta, para se fazer ouvir, com o poder de um aparelho partidário. Contudo, a sua intervenção neste processo português, ao nível das responsabilidades governativas justifica-se apenas pelos valores que assim julgam servir. Não fazem do poder político um fim abstracto; vêem-no como o instrumento, que ele é, para libertar ou para oprimir. E apenas servem o poder em que acreditam, enquanto nele acreditam.

Estamos sobre a hora da decisão; no actual impasse do poder político em Portugal, ou se pretende instituí-lo como dado da vida nacional, recozinhando coligações e acordos precários, ou superá-lo, operando no Estado e na Revolução o corte radical que atrás se expôs. A escolha está nas mãos do MFA. Aos signatários nada resta senão tirar dela as necessárias ilacções.

Lisboa. 16 de Julho de 1975.

João Azevedo

João C. de Almeida

Diário de Lisboa. 18/07/1975



**CRAVINHO
E SAMPAIO
M.F.A. o grande
responsável
pela
Revolução**

Pag. 2

1/2

MARTINS PEREIRA
SC1. VIDA PÚBLICA
SSC1. SEIT
SR27. JC/115

1/2



Nacional

Cravinho e Sampaio

A REVOLUÇÃO PASSA PELO PODER
DOS TRABALHADORES

Dois membros do Governo, João Cravinho, ministro da Indústria e Jorge Sampaio, secretário de Estado da Cooperação Externa, avistaram-se ontem com o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves a quem apresentaram uma exposição conjunta sobre a situação política. Para uma mais eficaz compreensão das razões que os levaram a tomar esta atitude num momento de profunda crise política, os dois ex-membros do Governo, publicaram um extenso relatório à semelhança aliás do que fizera João Martins Pereira aquando da sua demissão registada no passado dia 14 de Julho.

As razões avançadas, se por um lado dispõem e analisam com realismo a actual crise económica por que passamos, a crise do poder político «fundamentalmente resultante de a burguesia se mostrar já incapaz de governar e de o proletariado não ser ainda capaz de o fazer», são convincentes em responsabilizar o M. F. A. pelo processo revolucionário, ultrapassada a sua função de árbitro suprapartidário.

A opção põe-se neste momento, perante o actual impasse do poder político em Portugal: «Ou se pretende instituí-lo como dado da vida nacional, recozinhando coligações e acordos precários, ou superá-lo operando no Estado e na Revolução o corte radical que passa pelo poder dos trabalhadores. A escolha está nas mãos do M. F. A.»

A VIA ORIGINAL

Descrita a Revolução Portuguesa como um golpe militar que imediatamente «se ligou ao apoio das massas e que se vem politizando aceleradamente de então para cá» constata-se a originalidade do nosso processo, na medida em que «não resultou da tomada de poder por uma força política dominante, ideológica e organizativamente». Esta via original, exactamente pelo facto de o

ser (embora não só) põe neste momento ao País uma opção essencial na transformação da sociedade burguesa: «Estarão com o processo revolucionário os que aceitarem o princípio do cabimento das formas organizativas do poder popular nas suas diversas variantes, mas não o estarão os que liminarmente o recusem, proclamando o princípio da exclusividade das formas clássicas, isto é, uma organização de Estado assente no sufrágio universal e nas assembleias parlamentares (fórmula esta que historicamente provou já a sua incapacidade para comportar qualquer significativa alteração da estrutura de classe e de poder nas sociedades).»

Face à opção, salienta o texto: «A Revolução Portuguesa dispõe finalmente de um critério relativamente claro e precisa de aferição dos seus apoios políticos — o que torna igualmente possível não privilegiar correntes minoritárias mas dotadas de grande coesão interna e maleabilidade táctica, que a médio prazo conduziriam à redução da base de apoio do M. F. A. e do regime a um ponto de absoluta insustentabilidade, ou seja, a uma outra forma de liquidar a Revolução.»

FALTA UM CENTRO DE PODER

«Toda a Revolução carece de um centro de Poder», afirmam os signatários, pelo que, definidas as linhas gerais de orientação, de um projecto político não para iniciados, mas «mobilizador das massas e compreensível por elas» terá de haver «uma instância governativa, apartidária, condição indispensável à progressiva implantação e afirmação dos órgãos de poder popular». Aqui se prende portanto, uma outra questão essencial: «A manifesta falta de autoridade do Estado na presente conjuntura.»

Com efeito, se quisermos buscar a razão do facto, encontraremos uma multiplicidade de centros de poder distribuídos pela Assembleia do M. F. A., Conselho da Revolução, Copcon, Governo, 5.ª Divisão, estrutura sindical, etc.

Por outro lado convém não esquecer que «uma revolução, como processo de transformação de uma realidade social que é, por sua natureza, resistente e espessa, não pode ser um acto espontâneo ou de mero consenso».

DEFINIÇÃO DE CLASSES

Há, e é fundamental para a Revolução, a necessidade «substituir o Mundo mítico e confusionista do populismo pela definição clara e sem rodeios do bloco social de apoio à fase actual da Revolução — bloco esse que necessariamente conterà o proletariado rural e urbano, largos estratos da pequena burguesia e os quadros técnicos e intelectuais progressistas».

Se por um lado ao proletariado se deve proporcionar capacidade de intervenção mais real e menos alienada no processo produtivo e no planeamento económico, à pequena burguesia e demais estratos, mais que defesas de privilégios deve ser dada segurança.

«Por sua natureza timorata e hesitante — esclarece o texto — a pequena burguesia vende a alma a quem lhe ofereça ordem, segurança e estabilidade formal, mesmo quando a erosão do processo capitalista de concentração económica faz dela a sua principal vítima.»

Contudo, não nos poderemos esquecer que «nem todos os trabalhadores são revolucionários. Há neles estratos que consubstanciam posições de classe burguesa, quer pela sua posição no processo produtivo, quer pela ideologia que traduz a sua concepção do processo histórico».

«Significa isto (e socorremos também do texto) que o proletariado necessita de uma teoria revolucionária, veiculada por uma vanguarda organizada numa ou mais organizações políticas.»

AS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES

Se por um lado hoje, em Portugal, o estádio das lutas de classes progressistas se exprime ainda fragmentariamente «ao sabor das conveniências partidárias daqueles que pretendem instrumentalizá-las», por outro, o movimento reivindicativo dos trabalhadores que visa a destruição da estrutura capitalista viu-se, em muitos casos, desviar-se para reivindicações quase meramente salariais. «Esta vaga reivindicativa, tal como desmantelou os mecanismos da gestão capitalista, pode agora destruir o equilíbrio económico global na fase de transição para o socialismo».

«Estamos na hora da decisão», é claro em pronunciar-se o documento num dos seus subtítulos.

Por esse motivo «entre uma burguesia que já não governa e um proletariado que ainda não pode governar, terá de inserir-se um estado decididamente aberto à participação crescente dos trabalhadores através de implantação de formas organizativas de poder popular e capaz de, com coerência, independência e autoridade, preencher o vazio da classe do poder político nesta fase transitória».

Finalmente, reafirmado o seu apartidarismo, o M. F. A. terá de ser (como o já é) o grande responsável pelo processo revolucionário.

É necessário portanto, que o M. F. A. defina para o País «um objectivo a atingir, uma estratégia para lá chegar (o que implica a delimitação da aliança de classes que moverá o processo e a estrutura do poder político) e um programa de governo a curto prazo que aponte soluções concretas para os problemas concretos que urge resolver».

